

Apresentação

Movimentos sociais, participação e democracia:
contexto e perspectivas de debate no Brasil

*Julian Borba e Carlos Eduardo Sell **

Dossiê

A atual conjuntura tem apresentado uma série de novos desafios e novas agendas de pesquisa para os estudiosos da ação coletiva no Brasil. Se até os anos 1980 os conflitos entre “sociedade civil e Estado” eram a tônica quase natural do debate nacional, findo o período militar novas questões tornam mais complexas essas discussões. Em uma breve lista de acontecimentos, podemos citar o retorno ao regime democrático (1985), a nova Constituição Federal (1988), as eleições diretas para Presidente da República (desde 1989), a conquista de prefeituras municipais e governos estaduais por partidos políticos formados por quadros oriundos dos movimentos sociais (a partir de 1989) e, por fim, a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República com a vitória eleitoral em 2002 e sua reeleição em 2006. Somem-se a esses fatos os acontecimentos internacionais – como a queda do Muro de Berlim e o fim do “socialismo real”, a difusão das reformas orientadas para o mercado e a globalização – e teremos um complexo quadro que tem desafiado os pesquisadores.

Vejamos, então, como alguns desses acontecimentos têm influenciado o “campo” de pesquisas sobre ação coletiva no Brasil.

* Julian Borba é Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço eletrônico: julian@cfh.ufsc.br.

Carlos Eduardo Sell é Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço eletrônico: sell@cfh.ufsc.br.

Em primeiro lugar, durante o regime militar consolidou-se a idéia “genérica” de sociedade civil “[...] que incorporava desde as organizações de base até a igreja progressista, passando pelo chamado ‘novo sindicalismo [...] os setores empresariais ‘progressistas’, até os partidos políticos ‘democráticos’” (COSTA, 2002, p. 57). Com o *retorno do regime democrático*, ficou evidente, conforme apresentado por Costa (*idem*) uma série de “clivagens” no “bloco da ‘sociedade civil’”, em que os vários atores do campo outrora homogêneo privilegiaram diferentes estratégias e formas de ação. Temos aí um primeiro desafio: como entender a multiplicidade de atores constituintes do heterogêneo campo da sociedade civil (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006)?

É importante destacar que essas mudanças derivadas da conjuntura interna (nacional) vão tornar-se mais complexos pelas novas *especificidades advindas de um mundo globalizado*. Nesse sentido, destacam-se, por exemplo, as novas formas organizativas da sociedade civil, pautadas por uma lógica multi-identitária. Temos aí, a mobilização em redes e fóruns que exploram dimensões como a “virtualidade” e a “transnacionalidade” – isso para citar apenas dois exemplos de uma infinidade de novas dimensões constituintes da ação coletiva. A questão – nesse caso – é como compreender tais mudanças e como desenvolver novos instrumentais analíticos que sejam capazes de apreender esse dinâmico movimento de recriação constante de formas de ação coletiva na atualidade. Uma resposta nesse sentido é a incorporação da categoria “rede” para pensar as novas formas de articulação dos movimentos sociais, conforme encontra-se, por exemplo, nos trabalhos de Scherer-Warren (2005).

Retornando à conjuntura brasileira: é importante destacar que o retorno à democracia também abriu a possibilidade de *chegada ao poder por partidos de esquerda* (em especial o Partido dos Trabalhadores (PT)), os quais, em geral, eram formados por quadros majoritariamente advindos do campo da “sociedade civil”. A vitória do PT em importantes cidades e depois em governos estaduais promoveu, entre outras mudanças, um deslocamento significativo de quadros do “campo movimentalista” para o “campo estatal”. Tal deslocamento permitiu, por um lado, a criação e a implementação de uma importante inovação democrática no país – o orçamento

participativo (OP) – que tem na cidade de Porto Alegre sua mais duradoura experiência, pólo de difusão para outros locais e ambientes. Por outro lado, o referido deslocamento acabou interferindo na dinâmica societária, ao promover certo “esvaziamento de lideranças” no campo da sociedade civil. Nesse sentido, cabe indagar: quais os conflitos, tensões e contradições do campo movimentalista diante da “estatização” de alguns de seus principais quadros? Por outro lado, quais inovações surgiram desse processo?

As *políticas de orçamento participativo* (OP) destacadas acima, juntamente com as demais inovações democráticas trazidas pela *Constituição de 1988*¹, criaram um novo contexto de relacionamento entre Estado e sociedade, pautado pela participação das organizações da sociedade civil nos processos de gestão de políticas e programas governamentais. Tal quadro tem promovido profundas mudanças, tanto no campo estatal como no societário. No primeiro caso, temos mudanças em termos de lógica de ação da tecnoburocracia e dos parlamentares, que se vêem diante da necessidade de dialogar com atores até então ausentes do processo decisório estatal; esse processo, como demonstrado em alguns estudos de caso (cf. DIAS, 2003; BORBA, 2005), não é isento de conflitos. Já os atores da sociedade civil sofrem impactos, pois passam a interagir de uma forma diferenciada com o Estado: de uma lógica conflitiva – dominante até os anos 1980 – para formas colaborativas de interação. Em outras palavras, muda-se do “protesto” para a “colaboração”. Aliado a isso se assiste a uma situação em que atores da sociedade civil – em especial as organizações não-governamentais (ONGs) – passam a ser responsáveis pela prestação direta de serviços públicos². Tais mudanças na lógica de ação dos atores da

1 Referimo-nos aqui, em especial, aos mecanismos de democracia direta – referendos, plebiscitos e iniciativas populares – e aos mecanismos de participação da sociedade na formulação e na gestão de políticas públicas – os conselhos gestores de políticas públicas. Para maiores esclarecimentos sobre tais inovações, cf. Avritzer (2006, p. 35-43).

2 Tal ação das ONGs foi impulsionada pela reforma do Estado promovida no governo Fernando Henrique Cardoso, ao sancionar em 1999, a chamada Lei do Terceiro Setor, que criou as “organizações da sociedade civil de interesse público”, as oscips. Na análise de Costa (2002, p. 59-60): “Ao mesmo tempo que as iniciativas do governo federal estabelecem os parâmetros para o aproveitamento

sociedade civil também não são isentas de conflitos e apresentam questionamentos sobre quais as conseqüências desse novo padrão de interação entre Estado e sociedade: estaria a sociedade perdendo sua “autonomia” ao dialogar e/ou colaborar com o Estado? Quais os impactos quantitativos e qualitativos dessas mudanças no associativismo brasileiro? Quais instrumentos analíticos temos à disposição para analisar os processos de interação entre Estado e sociedade atualmente em curso no Brasil?

A discussão sobre inovações institucionais na democracia brasileira também tem provocado um intenso debate sobre a *teoria democrática*. Tais experimentos têm ressignificado a idéia de democracia (SANTOS, 2005) e possibilitado o teste empírico de algumas das proposições normativas das teorias democráticas participativa e deliberativa. Entre tais testes, destacamos, para fins de exemplificação, aqueles relacionados ao pretenso caráter educativo da democracia participativa (cf. FEDOZZI, 2002) e os relacionados aos potenciais de “deliberação” de diferentes modelos de arranjo institucional (cf. FUNG, 2004). Questões mais amplas da teoria política normativa também têm entrado nessa discussão: destacam-se em especial o tema da justiça e a capacidade de tais experimentos romperem o círculo vicioso da relação entre desigualdade social e desigualdade política, bem como das possibilidades de produzir-se justiça social a partir da aposta em modelos participativos e/ou deliberativos de democracia (VITA, 2004; 2007)³.

Outra questão que merece entrar nessa caracterização da conjuntura em que se insere o debate sobre a ação coletiva no Brasil hoje é aquela relacionada às demandas que começam a ser formuladas por diversos atores da sociedade civil e que dizem respeito ao *questionamento dos limites do “universalismo” do Estado democrático de*

institucional dos recursos mobilizatórios da sociedade civil, a implementação de tais medidas, no contexto da reforma do Estado e de duras restrições para os investimentos sociais, torna ambígua a posição das organizações civis, apresentadas muitas vezes como lenitivo, necessariamente ineficaz, para um mal que tem sua origem na política de contenção de gastos públicos”.

- 3 No plano dos estudos empíricos sobre o potencial distributivo da “democracia participativa”, destacam-se os estudos empíricos de Marquetti (2003) e Avritzer e Pires (2006).

Direito. Tais demandas, genericamente denominadas de “políticas de diferença”, “direitos multiculturais”, “políticas de reconhecimento”, têm trilhado um longo caminho no espaço público brasileiro e obtido acolhimento em termos de legislação e políticas públicas. Cabe destacar, em especial, as políticas de cotas, primeiramente aplicadas à garantia da participação das mulheres nas listas partidárias das eleições parlamentares (PINTO, 2006) e, mais recentemente, o imenso debate que tem sido travado em torno das políticas de cotas raciais nas universidades e ao estatuto da igualdade racial. Juntamente a isso assiste-se, nos últimos anos, à criação de várias agências estatais (algumas com *status* de Ministério) destinadas a implementar tais políticas; nesse sentido, merecem destaque especial a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ambas diretamente ligadas à Presidência da República. Essa nova agenda de mobilização da sociedade civil e o reconhecimento de tais demandas pelo aparelho de Estado colocam também novas questões de pesquisa, seja no sentido de compreensão dos processos de mobilização envolvidos, das redes, das demandas e das estratégias dos atores, seja na necessidade de investimentos em estudos sistemáticos sobre as novas agências estatais que estão sendo criadas, os arranjos institucionais de interação com a sociedade, bem como estudos de avaliação das políticas públicas implementadas.

A implementação das políticas de reconhecimento e a criação das agências estatais dão-nos o mote para outro tema-chave da conjuntura nacional: os significados da *eleição de Lula para a Presidência da República em 2002 e de sua reeleição em 2006*. Isso se reveste de particular importância pelas contradições que estão envolvidas em tal processo. Se, de um lado, a chegada de Lula ao poder ofereceu a possibilidade de novos atores e demandas da sociedade civil adentrarem e serem reconhecidos no plano estatal (as secretarias citadas no parágrafo anterior são um exemplo), com a criação de importantes inovações jurídicas, políticas e administrativas, no sentido de uma interação maior e melhor entre Estado e sociedade, de outro lado, ao longo de todo o primeiro mandato (2003-2006) assistiu-se à incapacidade de o governo romper com as amarras do modelo de política econômica ortodoxa adotado pelos governos

de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de implementar um “governo de mudanças”, no sentido de privilegiar os setores historicamente excluídos e/ou menos privilegiados com o processo de desenvolvimento brasileiro. Para piorar, desde 2005 assistiu-se a uma série de denúncias contra importantes membros do governo e dirigentes do PT, relacionadas a corrupção, prevaricação, lavagem de dinheiro etc. Tais questões provocaram a saída do bloco governista de vários atores ligados ao campo dos movimentos sociais, bem como suscitaram várias críticas, como a de que o núcleo dirigente do PT seria composto por uma “nova classe” ligada aos fundos de pensão das estatais e que não teria mais qualquer compromisso com as promessas de mudança e transformação sociais, que foram a tônica do discurso do partido outrora (OLIVEIRA, 2003). Críticos mais contundentes, por exemplo, chegam a ver no PT uma cultura refratária à democracia representativa e aos mecanismos de mercado e discutem as incongruências entre as posições do PT e a efetiva gestão do governo Lula (cf. ROSENFELD, 2006). Sem entrar em mais detalhes sobre o governo Lula⁴, resta destacar a importância, para a presente discussão, das *análises acerca do significado de tal governo para a democracia brasileira: sua relação com os movimentos sociais e suas contradições e limites ainda estão por serem feitas*.

Foi com esse pano de fundo que o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC organizaram o II Seminário Nacional “Movimentos Sociais, Participação e Democracia”, entre os dias 25 e 27 de abril de 2007. Sua programação contou com três mesas redondas⁵ e quatro grupos de trabalho⁶. O dossiê que ora apresentamos é resultado dos trabalhos apresentados ao longo das três mesas que aconteceram nesses dias. Juntamente aos trabalhos apresentados, o leitor terá a oportunidade de tomar contato com a tradução

4 Sobre o assunto, ver, entre outros, Antunes (2006), Guimarães (2006), Wianna (2006), Fausto (2007) e Viola e Leis (2007).

5 Mesa 1: Movimentos sociais e democracia; Mesa 2: Participação e teoria democrática; Mesa 3: Democracia e reconhecimento face à diferença e à desigualdade.

6 GT 1: Movimentos sociais: novos olhares, perspectivas e desafios. GT 2: Participação social e democratização do Estado. GT 3: Práticas de participação, “empoderamento” e cidadania. GT 4: Políticas de reconhecimento e ações afirmativas.

de um artigo de Archon Fung e Joshua Cohen, dois dos maiores nomes do debate contemporâneo sobre democracia. Fazemos, assim, uma breve apresentação dos artigos que compõem o presente número de *Política & Sociedade*.

Os quatro primeiros artigos tratam mais diretamente da questão dos movimentos sociais, suas especificidades contemporâneas, sua contribuição para uma nova sociabilidade e sua articulação com outras esferas da vida social.

O artigo de Ilse Scherer-Warren, sob a perspectiva da “Sociologia da Emergência”, analisa as complexas articulações contemporâneas dos movimentos sociais – de fóruns e redes –, focalizando na forma como abordam as questões da exclusão social e da cidadania. A partir de uma pesquisa empírica envolvendo 11 fóruns e redes, buscou identificar as “pistas” por eles oferecidas no caminho da superação da exclusão e da construção da cidadania no país. Entre as pistas encontradas por Scherer-Warren, destacam-se a necessidade de articular as condições materiais e simbólicas da exclusão e a defesa da tese de que os direitos universais devem ser complementados por “direitos de reparação e políticas compensatórias e de ação afirmativa”.

Lúcia Avelar analisa a relação entre a participação nos movimentos da sociedade organizada e a política formal, detendo-se no caso específico das mulheres. Sua análise é de que a ligação entre tais instâncias (movimentos e política formal) ainda está para ser construída (no caso em análise), pois mantém-se uma enorme desigualdade de gênero nos centros de decisão, em que pese a presença feminina ter aumentado em espaços como as ONGs. Segunda a autora, é de fundamental importância investir analítica e politicamente no espaço da política formal e nos centros de decisão, pois, “para que as demandas formuladas na sociedade materializem-se em políticas, é essencial ter poder político”.

Também focalizado na questão das mulheres, o artigo de Maria da Glória Gohn toma como ponto de partida um tema que “tem pautado as discussões sobre as novas racionalidades e formas de saber, qual seja: o tema do gênero”. A discussão sobre gênero serve como ponto de partida para a autora entrar no debate sobre ações coletivas, que é seguido de uma análise do papel das mulheres e sua inserção nos movimentos sociais. Aponta, nesse sentido, que

as mulheres “são *atrizes* em cena, ativas”, porém invisíveis. Conclui com apontamentos sobre o papel das políticas públicas no sentido de reproduzir (e/ou alterar) as dimensões de exclusão e invisibilidade das mulheres no espaço público.

José Vicente Tavares dos Santos tem como objeto de análise as lutas sociais contra a violência no Brasil. Em sua análise, os conflitos sociais são “criadores de outras sociabilidades”. O autor realiza uma Fenomenologia da Violência, classificando-a em quatro grupos: a violência de Estado, a violência contra o poder do Estado, a violência difusa e a simbólica. Após essa caracterização, apresenta exemplos de lutas sociais contra a violência, destacando-se a campanha contra a anistia, contra os grupos de extermínio, o movimento “Tortura Nunca Mais” e as campanhas contra a violência no campo, na escola e as contra a violência policial, buscando identificar as bases “da reconstrução das relações de sociabilidade mediante outras bases de solidariedade”.

Os dois artigos seguintes abordam a questão das políticas de reconhecimento. Paulo Sérgio Neves, tomando como referência teórica autores(as) como Fraser, Honneth, Young e Taylor, trata a questão dos direitos de reconhecimento como central para a consolidação e a ampliação da democracia e da igualdade, pois trata-se tanto de uma questão de “organização política” quanto de “bem-estar individual”. Em sua perspectiva, a sociedade brasileira está presenciando transformações simbólicas que – mesmo que ainda não tenham causado impacto nas condições materiais dos extratos mais necessitados – estão mudando a forma como a sociedade percebe as desigualdades, a hierarquia e a discriminação social. Seu objeto empírico são as políticas de ação afirmativa de base racial que estão em discussão no país.

Wivian Weller estuda a trajetória escolar e familiar de jovens negras que tiveram seu ingresso na Universidade de Brasília pelo sistema de cotas, analisando suas experiências e avaliações quanto às políticas de cotas, a partir de entrevistas. A partir dos seus dados, conclui que não foi possível identificar, nas falas das entrevistadas, discriminações pelo fato de terem ingressado na Universidade por esse sistema. Por outro lado, questiona se as cotas permitem modificar a “gramática dos discursos no interior da universidade”.

Finaliza com um chamado para o papel da universidade pública na discussão sobre o tema, de modo a contemplar a dimensão do *hibridismo* “como principal componente de nossas identidades”.

Os quatro artigos seguintes discutem a teoria democrática contemporânea, cada um enfocando em uma das tradições do rico debate travado entre diferentes paradigmas.

Álvaro de Vita, tomando como referência o conceito de “sociedade democrática”, entendida como aquela em que está estruturada sobre a base de uma “igualdade moral”, propõe-se a verificar se as concepções alternativas de democracia ao liberalismo igualitário, como o deliberacionismo e o participacionismo, oferecem caminhos para pensar-se na estruturação desse tipo de sociedade. Sua resposta – inspirada na teoria rawlsiana – é negativa. Para tanto, tece um conjunto de críticas ao modelo da democracia deliberativa (desigualdades de participação, ativismo e argumentação e dificuldade de as deliberações adquirirem força institucional), apostando na “radicalização das aspirações normativas do schumpeterianismo”, destacando o papel da competição política na promoção da justiça social.

O texto de Ricardo Silva busca apresentar e sistematizar a concepção de democracia desenvolvida por Phillip Pettit, cuja base intelectual está assentada na teoria política neo-romana do republicanismo. A idéia central desenvolvida por Silva é o conceito de “liberdade como não-dominação”, de onde deriva uma defesa do Estado constitucional, pensado em uma tripla dimensão: o império da lei, a distribuição do poder e a “contra-maioria”. Tal forma constitucional materializa-se no modelo “contestatório” de democracia, fundado na inclusividade política, na razão pública e na responsividade do Estado. O modelo de democracia aí apresentado também se constitui em uma crítica aos ideais participacionistas e deliberacionistas, os quais, fundados em uma concepção de “cidadania ativa”, advogam formas de envolvimento direto dos cidadãos na coisa pública, como “auto-legisladores”. Contra tal pretensão, o modelo contestatório defende uma participação preferencialmente “defensiva” da cidadania.

O trabalho de Lígia Lückmann toma como ponto de partida a proliferação da literatura sobre as democracias deliberativa e participativa no Brasil, salientando alguns elementos que explicariam tal crescimento: a crise da representação política e a desconfiança

nas instituições democráticas; as conseqüências do debate sobre sociedade civil e movimentos sociais e, por fim, o crescimento de experiências institucionais denominadas de “participativas”. Tendo especialmente como referência o orçamento participativo e em diálogo com as análises que apontam – ancoradas na constatação de nossas profundas desigualdades sociais – para a impossibilidade da democracia deliberativa no país, a autora conclui que a “inclusão da população mais pobre no interior dos espaços participativos, afora todas as dificuldades e riscos, ao contrário de significar uma ameaça à democracia deliberativa, é condição *sine qua non* para a mesma”.

Para fechar o dossiê, incluiu-se o artigo de Archon Fung e Joshua Cohen intitulado “Democracia radical”. Os autores apresentam a idéia de que os projetos radical-democráticos reemergem a partir de uma desilusão com as capacidades das “democracias convencionais arrebanharem os esforços dos cidadãos comuns”. Segundo os autores, as idéias radical-democráticas estruturam-se em duas linhas: os tributários de Rousseau, que apostam no valor da “participação”, e aqueles que enfatizam a “deliberação”. Partindo dessa distinção, Fung e Cohen propõem-se a analisar as diferenças entre as duas linhas, explorando suas tensões e sugerindo reconciliações entre os modelos participativo e deliberativo.

Compõe ainda o presente número de *Política & Sociedade* o artigo de Emerson Cervi e Diego Antonelli, intitulado “Primeira página e visibilidade de temas sociais”. O texto apresenta uma análise comparativa entre dois jornais diários locais de cidades paranaenses com relação à produção informativa da primeira página. O objetivo dos autores é identificar que temas conseguem ocupar espaços privilegiados da primeira página dos jornais. Concluem que o “elemento selecionador dos fatos sociais que mais aparece nos textos informativos de primeira página dos dois jornais é a ‘relevância’”. Com relação às campanhas eleitorais, aparecem predominantemente ligadas ao elemento selecionador “poder de elite”. Apontam também para a “invisibilidade” das campanhas eleitorais para Presidente da República e Governador do Estado.

A revista finaliza com duas resenhas de livros, elaboradas respectivamente por Carlos Eduardo Sell e Paulo Krischke. O primeiro analisa o trabalho de Carlos Gadea, intitulado *Paisagens e miragens*

da pós-modernidade na América Latina (ed. Univali, 2007). A resenha elaborada por Krischke refere-se ao livro organizado por Julian Borba e Lúcia Lüchmann *Orçamento participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina* (ed. Insular, 2007).

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

AVRITZER, L. Reforma política a participação no Brasil. In: AVRITZER, L. & ANASTASIA, F. (orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

AVRITZER, L. & PIRES, R. R. Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, p. 68-89, 2005.

BORBA, J. Conflitos entre técnica e política em contextos de democracia participativa: o caso do planejamento em Porto Alegre (1989-1996). In: BOEIRA, S. L. (org.). **Democracia e políticas públicas: debates contemporâneos**. Itajaí: UNIVALI, 2005.

COSTA, S. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. & PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DIAS, M. R. **Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FAUSTO, R. **A esquerda difícil**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FEDOZZI, L. **O eu e os outros: a construção da consciência social no Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, V. S. P. & NOBRE, M. (orgs.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: ed. 34, 2004.

GUIMARÃES, J. (org.) **Leituras da crise**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARQUETTI, A. A. Participação e redistribuição: o Orçamento Participativo em Porto Alegre. *In*: AVRITZER, L. & NAVARRO, Z. (orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINTO, C. Política de cotas. *In*: AVRITZER, L. & ANASTASIA, F. (orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ROSENFELD, D. L. **A democracia ameaçada: o MST, o teológico-político e a liberdade**. 2ª ed. Brasília: Topbooks, 2006.

SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

VIOLA, E. & LEIS, H. **O sistema internacional com hegemonia das democracias de mercado**. Florianópolis: Insular, 2007.

VITA, Á. Democracia deliberativa ou igualdade equitativa de oportunidades? *In*: SCHATTAN, V. P. C. & NOBRE, M. (orgs.). **Participação e deliberação**. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: ed. 34, 2004.

_____. Sociedade democrática e democracia política. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 11, out.2007.

WIANNA, L. W. **Esquerda brasileira e tradição republicana**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.